

Parte II

**Em busca de inter-relações: as tramas entre desenvolvimento, cultura,
trabalho, meio ambiente e saúde**

3. A ideologia do desenvolvimento: ascensão, crise e horizontes de uma crença moderna

Um homem de negócios americano, no ancoradouro de uma aldeia da costa mexicana, observou um pequeno barco de pesca que atracava nesse momento trazendo um único pescador. No barco, vários grandes atuns de barbatana amarela. O americano deu parabéns ao pescador pela qualidade dos peixes e lhe perguntou quanto tempo levaria para pescá-los.

- Pouco tempo - respondeu o mexicano.

Em seguida, o americano perguntou por que ele não permanecia no mar mais tempo, o que lhe teria permitido uma pesca mais abundante. O mexicano respondeu que tinha o bastante para atender às necessidades imediatas de sua família. O americano voltou à carga:

- Mas o que e que você faz com o resto de seu tempo?

O mexicano respondeu:

- Durmo até tarde, pesco um pouco, brinco com meus filhos, tiro a siesta com minha mulher, Maria, vou todas as noites a aldeia, bebo um pouco de vinho e toco violão com meus amigos. Levo uma vida cheia e ocupada, señor.

O americano assumiu um ar de pouco caso e disse:

- Eu sou formado em administração em Harvard e poderia ajudá-lo. Você deveria passar mais tempo pescando e, com o lucro, comprar um barco maior. Com a renda produzida pelo novo barco, poderia comprar vários outros. No fim, teria uma frota de barcos pesqueiros. Em vez de vender pescado a um intermediário, venderia diretamente a uma indústria processadora e, no fim, poderia ter sua própria indústria. Poderia controlar o produto, o processamento e a distribuição. Precisaria deixar esta pequena aldeia costeira de pescadores e mudar-se para a Cidade do México, em seguida para Los Angeles e, finalmente, para Nova York, de onde dirigiria sua empresa em expansão.

- Mas señor, quanto tempo isso levaria? perguntou o pescador.

- Quinze ou vinte anos - respondeu o americano.

- E depois, señor?

O americano riu e disse que essa seria a melhor parte.

- Quando chegar a ocasião certa, você poderá abrir o capital de sua empresa ao público e ficar muito rico. Ganharia milhões.

- Milhões, señor? E depois?

- Depois - explicou o americano - você se aposentaria. Mudava-se para uma pequena aldeia costeira, onde dormiria até tarde, pescaria um pouco, brincaria com os netos, tiraria a siesta com a esposa, iria à aldeia todas as noites, onde poderia tomar vinho e tocar violão com os amigos...

Ao que o pescador respondeu:

- Mas señor, eu já estou aqui! (autor desconhecido)

A noção de desenvolvimento ocupa um lugar central nas sociedades ocidentais modernas. CASTORIADIS (1976) fala dela como uma significação imaginária social que instituiu novas atitudes, valores e normas e criou uma nova definição social da realidade e do ser; RIST (1996) defende que ela é uma crença da religião moderna, constantemente reavivada por

rituais e signos, já que é um tipo de certeza coletiva cujos fundamentos não se discutem publicamente, correspondendo, de certa maneira, aos mitos das sociedades não-ocidentais. VEIGA (1993) postula que, se utopia é a visão de futuro sobre a qual uma civilização rege seus projetos, funda seus ideais e suas esperanças, então talvez não haja noção que mais concentre a utopia da sociedade moderna que a noção de desenvolvimento. Por isto ela é central neste estudo.

Como surgiu a ideologia do desenvolvimento? Que significados porta? Quais as suas relações com a industrialização? Como ela tem se atualizado na história humana? Que desafios encontra nesta virada de milênio?

Estas são as perguntas que motivaram e conduziram a visita a diversos autores, que não pretendeu ser precisamente focada, intensivamente profunda ou exaustiva, preferindo buscar pontes, trânsito, movimentos entre campos disciplinares ou interdisciplinares – como os da Sociologia do Desenvolvimento, da Economia, da Sociologia do Trabalho, da Sociologia Ambiental e da Ecologia Social. O olhar que perpassa o estudo porta o desejo de tentar abranger enfoques críticos diversificados, para posteriormente iluminar a compreensão das relações do trabalho, do meio ambiente e da saúde com o desenvolvimento, na trama complexa em que acontecem. Volta-se tanto para as construções teóricas como para a concretude dos processos históricos, em sua relação de alimentação mútua. Quer apreender os processos sociais em suas manifestações objetivas e também em seus registros subjetivos, e a dinâmica destas interações.

As leituras e reflexões foram sistematizadas da seguinte maneira: no item 1, discutimos as origens, a expansão e o significado da ideologia do desenvolvimento; no item 2, exploramos as relações entre ciência, técnica e desenvolvimento; no item 3, comentamos brevemente a trajetória da ideologia do desenvolvimento na história humana, para delinear a crise dos postulados da ideologia do desenvolvimento e as críticas a ela colocadas por diferentes olhares; e, finalmente, no item 4, debatemos as principais perspectivas emergentes para o desenvolvimento: o desenvolvimento humano e o desenvolvimento sustentável.

Resgatar estes conceitos e sua sociogênese foi muito importante para compreender e situar os projetos de desenvolvimento que se conformam hoje em Maranguape, como veremos na apresentação e análise dos resultados da pesquisa empírica.

3.1 - A ideologia do desenvolvimento: origens, expansão e significados

As origens da noção de desenvolvimento remontam há seis séculos na história do Ocidente, herdeira que é, junto com a modernidade, do Renascimento, nos séculos XV e XVI; da Revolução Científica do século XVII e do Iluminismo, no século XVIII. Envolvendo as idéias de *racionalidade, economia, progresso, expansão e crescimento*, inspirou as viagens ultramarinas e foi utilizada para agregar um 'valor positivo' às sociedades ocidentais (CASTORIADIS, 1976), além de justificar sua pretensa superioridade: selvagens/civilizados, culturas orais/culturas escritas, sociedades sem história/sociedade histórica (RIST, 1996).

Assim, a emergência e expansão da noção de desenvolvimento coincide com o nascimento e a expansão da burguesia a partir do século XIV, num contexto de dissolução da representação medieval do mundo, de interesse crescente pelas invenções e descobertas, da Reforma Protestante, da passagem do mundo fechado ao Universo infinito, de matematização das ciências.

A idéia do desenvolvimento, esta nova significação imaginária social é, segundo CASTORIADIS (1976), a de que o crescimento ilimitado da produção e das forças produtivas é, de fato, o objetivo central da vida humana. Desenvolvimento é a progressão em direção à maturidade, à capacidade de crescer sem fim, colocada como norma natural. Seus postulados são: a racionalidade dos mecanismos econômicos, a concepção de que o homem e a sociedade estão naturalmente predestinados ao progresso e ao crescimento, a onipotência virtual da técnica, a ilusão assintótica relativa ao conhecimento científico.

Tanto Marx como Weber foram críticos a esta racionalidade, destacando, sim, a irracionalidade imanente e essencial do capitalismo, num processo alienado semelhante, em sua estrutura, à alienação religiosa, já que, nos dois casos, os homens são dominados por seus próprios produtos – o dinheiro e Deus.

Para Marx, o desenvolvimento nas sociedades capitalistas depende da expansão permanente da acumulação, sendo contraditório por gerar, simultaneamente, a ampliação dos meios de produção e a deterioração das condições de vida dos trabalhadores. No capitalismo – certamente a realização histórica da ideologia do desenvolvimento pela burguesia – Marx denuncia a injustiça da exploração da mais-valia; a alienação, a reificação e o fetiche da mercadoria – que justificam a metáfora do capitalismo como religião; a quantificação venal da vida social; a irracionalidade e a barbárie resultantes do progresso econômico (MARX, 1975).

Entretanto, alguns aspectos da crítica anticapitalista de Marx, particularmente no *Manifesto Comunista*, deixam ambigüidades ou insuficiências: quando ele parece celebrar como avanço a expansão colonial imperialista e a submissão das nações camponesas à civilização burguesa; e quando regozija-se da dominação sobre a natureza tornada possível pela expansão desta civilização (LÖWY, 1999). Daí resultam acirrados debates sobre as posições de Marx a respeito do desenvolvimento.

É que Marx defende que o desenvolvimento das forças produtivas conduziria à superação do capitalismo. Tomando uma frase do primeiro prefácio de *O Capital* – “O país mais desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido” (MARX, 1975:5), José Eli da Veiga afirma: “De Marx a Hayek, passando por todas as nuances socialistas e liberais, dificilmente se encontrará uma esperança mais consensual do que o desenvolvimento.” (VEIGA, 1993:150). Revendo as idéias de vários autores críticos a Marx – para defendê-lo (Merchant, Benton, Grundman, Ferkiss, Sikorski, Clarck), Bellamy Foster recolhe as acusações de que Marx e Engels teriam difundido o mito baconiano e iluminista de progresso através do domínio da natureza; e de que ele teria adotado a visão prometéica e produtivista da história (FOSTER, 1999).

Michel LÖWY (1999) lembra que mais tarde, n’*O Capital*, Marx condenou radicalmente os horrores da colonização e, no tocante à natureza, chegou a comparar a expoliação do solo pela lógica destruidora do capital à exploração do trabalhador. FOSTER (1999) argumenta que as idéias de Marx e Engels não foram incompatíveis com as do maior pensador

ecológico de sua época (Marsh); que eles já abordavam temas como a devastação de florestas, ou a exaustão do solo; que Marx já reconhecia que a estabilidade de qualquer sociedade futura dependeria da criação de uma relação inteiramente nova e mais equilibrada com o mundo natural.

Num contexto de expansão da magnitude da questão ambiental, e de questionamento às metanarrativas pelos pós-estruturalistas e pós-modernos, persiste a polêmica em torno das posições de Marx quanto ao desenvolvimento. Entretanto, é necessário reconhecer a relevância de sua contribuição também para compreender as condições históricas subjacentes à destruição ecológica nos séculos XIX e XX, relacionadas à acumulação de capital.

Também crítico à irracionalidade da acumulação de capital como um fim em si mesmo, Weber tem uma visão mais ambivalente e resignada do modo de produção capitalista. Ele recusa as ilusões do progresso e da modernização – tão poderosas na consciência europeia do início do século XX; critica a adoção do lucro como o fim a que o homem se propõe, sem considerar suas necessidades e sua felicidade; a perda de liberdade para um sistema que o próprio homem criou e que determina suas necessidades e estilo de vida, levando ao declínio da autonomia do indivíduo. Mas, na visão de LÖWY (1999), Weber não teria percebido a extraordinária racionalidade econômica da dominação das atividades de troca na sociedade.

3.2 - Ciência, técnica e desenvolvimento

Retomando os postulados do desenvolvimento enquanto significação imaginária social, enumerados por CASTORIADIS (1976), encontra-se, além da questão da racionalidade, discutida anteriormente na perspectiva de Marx e Weber, a onipotência virtual da técnica e a ilusão assintótica relativa ao conhecimento científico. Qual o lugar da ciência e da técnica na modernidade e no desenvolvimento por ela facilitado?

A história nos mostra que as civilizações primitivas desenvolveram-se em sociedades essencialmente rurais, voltadas à agricultura e à pecuária, para satisfazer às necessidades

básicas da população - alimentação, moradia e vestuário, com base na produção local. Não havendo distinção clara entre produtor e consumidor, estas civilizações foram capazes, na maioria das vezes, de criar tecnologias adequadas ao seu ambiente físico e humano, mesmo porque o bem-estar da comunidade dependia direta e imediatamente deste equilíbrio. Estas tecnologias eram simples, conhecidas pela comunidade e transferidas a outras sem grandes impactos no núcleo vivo das culturas, num mecanismo de retroalimentação que permitiu a criação de sociedades estáveis. Na Europa, esta situação perdurou até o fim da Idade Média; no resto do mundo, começou a mudar com a conquista e expansão colonial.

Com a emergência do capitalismo e das sociedades industriais, somados ao conhecimento científico, cresce a separação entre produtor e consumidor, a produção passa a responder às necessidades do mercado e a ser orientada pelo lucro. A tecnologia torna-se um fator exógeno à cultura individual e social e privilégio de um pequeno grupo de países, organizações e empresas (HERRERA, 1990).

Marx situa o instrumental técnico utilizado na relação homem-natureza no bojo de relações sociais historicamente determinadas, como manifestação das forças produtivas de uma dada sociedade, às quais corresponde uma certa divisão social do trabalho e relações de produção específicas (MARX, 1975).

CASTORIADIS considera que a técnica não pode ser considerada um puro meio, neutro quanto aos seus fins. Ele situa a técnica moderna como veículo da ilusão de onipotência: a idéia de dominação total (poder) é o motor oculto do desenvolvimento tecnológico moderno (1976:152).

Para WINNER (1987), os objetos que denominamos tecnologias constituem maneiras de construir ordem em nosso mundo, de formas muito diversas. Consciente e deliberadamente ou não, as sociedades elegem estruturas tecnológicas que influem na forma de trabalhar das pessoas, de comunicarem-se, de viajar, consumir, etc, por muito tempo. Estas eleições tendem a fixar-se firmemente nos equipamentos materiais. Assim, as inovações tecnológicas são como decretos legislativos ou fundações políticas, que

estabelecem um padrão para a ordem pública que perdurará por muitas gerações. O autor realizou vários estudos empíricos que reiteram esta perspectiva analítica, como o da fábrica de secadoras Cyrus McCormick que, em 1880, introduziu máquinas modeladoras pneumáticas sem eficiência comprovada, mas que podiam ser operadas por trabalhadores sem qualificação, e permitiam demitir os qualificados. Num contexto de luta com o sindicato dos metalúrgicos, foi uma forma de tirar "os maus elementos dentre os seus homens", e destruir o sindicato. Menciona ainda a colhedeira mecânica de tomates, criada pela Universidade da Califórnia. Sua introdução, nos anos 40, resultou em aumento de produtividade e reduziu custos, mas também reduziu empregos, concentrou terras e piorou a qualidade do tomate – valendo à Universidade um processo judicial por não estar cumprindo sua função social.

AIBAR e ARGEMI (2001) discutem a abordagem do determinismo tecnológico, que considera a tecnologia a fonte mais importante de mudanças sociais, determinando, em sua evolução, a evolução da sociedade. É como se ela fosse autônoma: considera-se que a tecnologia influi na sociedade, mas é impermeável à influência dos fatores sociais. Ela se desenvolveria de acordo com suas leis próprias e inexoráveis, seguindo uma lógica particular que sempre escapa a qualquer tentativa de controle humano. Embora os sujeitos da inovação tecnológica sejam indubitavelmente membros do sistema social, sua atividade inovadora se situaria num plano independente desta pertinência: é fruto da simples aplicação de conhecimento científico ou é melhora na eficiência de artefatos já existentes.

Para criticar esta perspectiva determinista, os autores argumentam que uma mesma tecnologia pode ter efeitos ou impactos muito distintos em contextos sociais diferentes; que, em muitas ocasiões, a mudança tecnológica é simultânea – e não anterior - a mudanças econômicas, políticas, organizativas, culturais e legais, ou seja, sociais. E alertam que a tese do determinismo tecnológico conduz à inação política: só nos resta nos adaptar a seus impactos - desfrutar dos positivos e proteger-nos dos negativos. Inibe, assim, o desenvolvimento de controles democráticos sobre a produção, difusão e aplicação da tecnologia, porque sugere que todas as intervenções são inúteis.

Para estes autores, a análise das relações tecnologia-sociedade não se esgota na consideração de seus impactos sociais. As decisões envolvidas em qualquer processo de inovação tecnológica não são nunca puramente técnicas ou científicas. Fatores econômicos, políticos ou culturais de ordem muito variada desempenham, muitas vezes, um papel determinante no desenho, difusão e utilização de uma tecnologia concreta.

O caráter de construto social da tecnologia pode ser identificado, segundo eles, quando se analisam não só seus impactos primários - aqueles que têm a ver com sua função prática imediata, mas também seus impactos secundários. Estes, de forma indireta, acontecem quando a tecnologia entra em contato com determinados hábitos, crenças ou instituições sociais. E muitas vezes superam os impactos primários em importância e magnitude: economia, relações de poder, organização política, estrutura das classes sociais, significado do trabalho, comportamento cotidiano dos indivíduos, relações de gênero, cosmovisões ou crenças religiosas. Até mesmo indivíduos que não se converteram em usuários diretos da nova tecnologia podem ter sua vida cotidiana transformada. Ainda podem ser afetadas as estruturas mais estáveis e peculiares de uma sociedade – políticas, econômicas, culturais.

Marcuse (apud HABERMAS, s.d.) considera que não só a aplicação da técnica, mas já a própria técnica é dominação metódica, científica, calculada e calculante sobre a natureza e sobre o homem. Os fins e interesses da dominação inserem-se já na própria construção do aparelho técnico. Trata-se, em cada caso, de um projeto histórico-social, no qual se projeta o que uma sociedade e os interesses nela dominantes pensam fazer com os homens e com as coisas. Ele defende que, nas sociedades capitalistas avançadas, a dominação tende a perder o seu caráter explorador e opressor e tornar-se "racional", sem que por isso se desvaneça a dominação política. Denuncia a sujeição intensificada dos indivíduos ao imenso aparelho de produção e de distribuição e a desprivatização do tempo livre. Só que, ao lado desta repressão, está a legitimação propiciada pela vida mais confortável¹, decorrente da crescente produtividade e domínio da natureza, e de

¹ Domenico de MASI reporta-se ao *Prospect for the rest of the century*, de R. Ricover, para afirmar que os eletrodomésticos modernos fornecem a cada dona de casa uma ajuda comparável à que, na Grécia antiga, se obtinha de 33 escravos. Apresenta ainda uma lista das invenções mais recentes da modernidade que é interessante contemplar: 1885 – automóvel, 1903 – avião, 1904 – veículos de esteira, 1906 – rádio, 1913 – aço inoxidável, 1914 – plástico, 1926 – televisão, 1928 – robô, 1933 – polietileno, 1937 – motor a reação,

imperativos técnicos que escondem a dominação, fazendo com que as relações de produção existentes *se apresentem* como a forma de organização *tecnicamente necessária* de uma sociedade racionalizada. Marcuse chega a afirmar que a ciência e a técnica se tornam elas mesmas ideológicas.

Tanto HABERMAS (s.d.) como Francisco de OLIVEIRA (1988) apontam que, desde o final do século XIX, nos países capitalistas avançados, há a tendência a aumentar a intervenção do Estado no campo da ciência e da tecnologia e a interdependência da técnica. Habermas considera que a ciência – financiada pelo Estado, tem alimentado a evolução da técnica e que estas transformam-se na primeira força produtiva: tornam-se uma fonte independente de mais-valia frente à força de trabalho, o que tem gerado grande polêmica em torno da teoria do valor-trabalho de Marx. O progresso da ciência e da técnica *se apresenta* como quase autônomo, embora os interesses humanos continuem a determinar a direção, as funções e a velocidade deste progresso. E *parece* que a evolução do sistema social é determinada pelo progresso científico e tecnológico, e que a formação democrática da vontade política perde seu sentido. Substitui-se a interação e a ação comunicativa por um modelo científico. Assim, o enquadramento institucional da sociedade seria agora absorvido pelos subsistemas de ação racional teleológica nele incrustados. Habermas enfatiza que esta consciência tecnocrática – a nova forma de legitimação – é menos "ideológica" que as precedentes, sendo menos abordável pela reflexão. Ela faz da ciência um feitiço, é mais irresistível e de maior alcance que as ideologias do tipo antigo, já que, com a dissimulação das questões, não só justifica o interesse parcial de dominação de uma determinada classe e reprime a necessidade parcial de emancipação por parte de outra classe, mas também afeta o interesse emancipador como tal do Gênero humano. Paralelamente, a política das compensações sociais assegura a lealdade das massas. Assim, a técnica e a ciência, na forma de uma consciência positivista imperante, e articulada como consciência tecnocrática, começam a assumir o valor posicional de uma ideologia que substitui as ideologias burguesas destruídas (p. 80-3).

1939 – fusão nuclear, 1945 - computador, 1946 – linha de montagem automatizada, 1947 – transistor, 1952 – videotape, 1956 – pílula anticoncepcional, 1957 – satélite artificial, 1960 – laser, 1971 – microprocessador, e depois do fax, telefone celular, biotecnologias... (1999:280-281)

Estas questões são importantes não só para deixar claro o papel material, político e ideológico da ciência e da técnica nas sociedades modernas, mas também para subsidiar o debate sobre suas perspectivas, como se apontará mais adiante.

3.3 - Desenvolvimento-subdesenvolvimento: a crise e as críticas

Em sua trajetória na História humana, o *slogan* do desenvolvimento ganha corpo na Revolução Industrial e é celebrado no século XIX, tendo como pano de fundo o “progresso” trazido pelo capitalismo, então triunfante. Em seguida, as duas guerras mundiais, entremeadas pela Grande Depressão e pela ascensão do nazismo e do fascismo, provocam um colapso da ideologia oficial e instauram a “crise do progresso”, aprofundada pela ameaça representada então pelo crescimento soviético.

O *Plano Marshall* foi a resposta tecida neste momento pelos Estados Unidos, a partir das elaborações em torno da temática do desenvolvimento gestadas no Massachusetts Institute of Technology – MIT. A idéia era reconstruir a Europa e difundir a modernização, levando as “sociedades tradicionais ou atrasadas” a uma arrancada – a partir do paradigma dos Estados Unidos - que lhes permitisse queimar etapas rumo à maturidade.

Industrialização e desenvolvimento vão se constituindo em sinônimos. Constrói-se uma relação de linearidade entre as duas categorias: a industrialização é o caminho para o desenvolvimento, o desenvolvimento é o produto da industrialização. Sem mediações, industrialização é desenvolvimento (ALTVATER, s.d.; SCHLESINGER, 2000; VEIGA, 1993; HERCULANO, 1992, ARRIGHI, 1997).

O sucesso da reconstrução econômica no pós-guerra reafirmou a crença de que “havia sido encontrada, por fim, a chave para os problemas humanos: o crescimento econômico” (CASTORIADIS, 1976: 136). A Organização das Nações Unidas – ONU dedicou a década de 60 ao desenvolvimento. Ele seria o caminho para resolver a fome e os outros problemas das sociedades ‘atrasadas’. Para isto – e, reconheça-se, para abrir espaços para a acumulação capitalista - foram tentadas injeções de capital estrangeiro, criação de

pólos de desenvolvimento, importação de máquinas, qualificação da força de trabalho para operar estas máquinas... Mas, nem tudo saiu como se esperava. Como ironiza CASTORIADIS, para que o Terceiro Mundo se desenvolvesse, "era preciso modificarem-se as estruturas sociais, as atitudes, a mentalidade, as significações, os valores e a organização psíquica dos seres humanos..." (1976:140).

Rist mostra que, por razões principalmente de dominação militar, econômica e técnica, esta crença em um futuro forçosamente melhor, graças ao crescimento constante dos bens produzidos, é hoje difundida em todo o mundo. A crença no paradigma do desenvolvimento é partilhada por todos os estados-nação e pelas organizações internacionais, pela quase totalidade dos tecnocratas da economia e pela população. Dela nasce um contrato social – que não foi negociado com todos os atores sociais, mas que se exprime sob a forma de práticas obrigatórias que forcem a adesão (RIST, 1996:402).

Entretanto, 50 anos depois que a extensão da crença do desenvolvimento aos países do Sul foi oficialmente levada a cabo pela comunidade internacional, o desenvolvimento não havia ainda sido realizado: a despeito das evidências contrárias, repetem-se promessas, reproduzem-se experiências, até se reconhecem erros, mas não se refuta a crença. Tentando explicar este fenômeno, RIST defende que a hegemonia do desenvolvimento instalou-se graças a uma ilusão semântica: a fabricação de um pseudo-contrário – a noção de subdesenvolvimento, fazendo crer na universalização possível do modo de produção ocidental e difundindo a ilusão de uma prosperidade material generalizada e prometida a todos (1996:390). A utopia desenvolvimentista/industrialista prometeu que o desenvolvimento das forças produtivas e a expansão da esfera econômica libertariam a humanidade da escassez, da injustiça e do mal estar. Dominando a natureza, a humanidade teria poderes soberanos sobre si própria.

De fato, por um lado, a população mundial cresceu, a maioria é melhor alimentada, mais alta e mais pesada, mais longa. A humanidade é muito mais culta, mais rica e capaz de produzir bens e serviços (HOBSBAWN, 1995). A qualidade de vida elevou-se, graças, segundo Francisco de Oliveira, ao papel do fundo público na expansão capitalista desde os fins da II Guerra Mundial. Isto porque, particularmente nas sociedades ditas

"desenvolvidas", no contexto do *welfare state*, a esfera pública financia não só a acumulação de capital - ciência e tecnologia, subsídios e juros subsidiados, agricultura, mercado financeiro, mercado, mas também a reprodução da força de trabalho - medicina, educação universal e gratuita, previdência social, seguro-desemprego, transporte, benefícios familiares, lazer (OLIVEIRA, 1988).

Mas, por outro lado, como aponta o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas, entramos na última década do século XX contando mais de um bilhão de pessoas que vivem em pobreza absoluta, 900 milhões de adultos analfabetos, 100 milhões de pessoas que não têm casa, 150 milhões de crianças menores de 5 anos desnutridas... (PNUD, 1990). Estes são apenas alguns indicadores da questão social, que coloca em xeque as promessas da modernidade.

Somem-se ainda os problemas ambientais que hoje ameaçam a sobrevivência do Planeta e todas as suas formas de vida. Como denuncia Héctor LEIS, a cada ano que passa as florestas tropicais diminuem de tamanho, ao passo que os desertos aumentam o seu; as camadas férteis do solo e a camada de ozônio se amesquinham, o dióxido de carbono e outros elementos tóxicos continuam acumulando-se e contaminando mares e superfícies terrestres, a biodiversidade declina exponencialmente e a espécie humana cresce na mesma proporção (1991:52). O meio ambiente, considerado um dom gratuito da natureza, começa a exibir as conseqüências da hipótese da "*separabilidade total*, tanto *no interior* do campo econômico, como *entre* esse campo e os processos históricos, sociais e mesmo naturais" (CASTORIADIS, 1976: 150), configurando a questão sócio-ambiental.

As frustrações das esperanças que a humanidade depositou na modernidade e no desenvolvimento gestam a crise da crença na razão, na técnica, na ciência, no progresso, no crescimento ilimitado, enfim, a crise dos postulados do desenvolvimento. As críticas às teorias desenvolvimentistas vêm de vários lados, e procedem de várias abordagens.

No campo da Economia e da Sociologia do Desenvolvimento, HERCULANO (1992) refere-se a autores marxistas como Bettelheim, Gunder Frank, Theotonio dos Santos, que apontaram o desenvolvimento e o atraso como duas faces de uma mesma moeda,

colocando o subdesenvolvimento como uma realização histórica do capitalismo, resultante da drenagem das riquezas produzidas nos países periféricos pelos países centrais.

Numa perspectiva semelhante, Celso Furtado cria a teoria do subdesenvolvimento, que

traduz a tomada de consciência das limitações impostas ao mundo periférico pela divisão internacional do trabalho que se estabeleceu com a difusão da civilização industrial. (...) A acumulação, que nas economias cêntricas havia levado à escassez de mão de obra, criando as condições para que emergissem pressões sociais que conduziram à elevação dos salários reais e à homogeneização social, produziu nas regiões periféricas efeitos totalmente diversos: engendrou a marginalização social e reforçou as estruturas tradicionais de dominação ou as substituiu por similares. Em verdade, a acumulação periférica esteve de preferência a serviço da internacionalização dos mercados que acompanhou a difusão da civilização industrial. (FURTADO, 1998: 48).

Num diálogo com os economistas do desenvolvimento, no final da década de 70, CARDOSO e FALETTO propuseram-se a enfatizar as conexões entre o sistema econômico, a organização social e política interna às sociedades subdesenvolvidas e suas relações com os países desenvolvidos, já que "a especificidade histórica da situação de subdesenvolvimento nasce precisamente da relação entre sociedades 'periféricas' e 'centrais' "(1970:24). A chamada 'teoria da dependência' – que, para autores como OLIVEIRA (2000), não merece o *status* de teoria - articula a situação de subdesenvolvimento às posições distintas ocupadas pelos países na estrutura econômica internacional de produção e distribuição do sistema capitalista, produzidas e mantidas por relações de dominação. Mas defendem que a dependência não é reflexo apenas das modificações ocorridas no pólo hegemônico externo, já que é por intermédio da ação dos grupos, classes, organizações e movimentos sociais dos países dependentes que estes vínculos se perpetuam, se transformam ou se rompem. Ou seja, em cada situação, é preciso ver como Estado, produção e classe se relacionam (p. 140).

Tanto a teoria do subdesenvolvimento como a teoria da dependência têm limites, na perspectiva de Francisco de Oliveira. A primeira por não ver que o nexo externo não era apenas o núcleo da produção do subdesenvolvimento, mas também de sua reprodução;

ou seja, a dependência era deliberadamente provocada pelas políticas do núcleo dinâmico do sistema. Quanto à teoria da dependência, considera que ela "ficou numa espécie de sociologização do subdesenvolvimento, sem radicalizá-lo no sentido da dominação de classe, que passava necessariamente pelo plano internacional" (2000:123-4).

No campo da Sociologia Ambiental², Beck, Giddens e Lash apontam que, se na sociedade industrial são difundidas as crenças da fé no progresso, confiança na razão instrumental e esperança no controle dos efeitos colaterais da tecnologia, na sociedade contemporânea o progresso passa a ser a fonte de autodestruição da sociedade. A modernização levou a um conjunto de azares e de riscos: risco de mega-acidentes, os riscos ambientais da engenharia genética e dos DNA recombinados, os riscos pessoais vinculados à tecnologia médica de ponta, a capacidade declinante dos Estados em regulamentar diretamente as práticas produtivas que dão origem a tais riscos. Estes riscos ameaçam as atuais gerações, sua qualidade de vida e possivelmente as próprias condições de sobrevivência das gerações futuras, caracterizando, na alta modernidade, uma *sociedade de risco*, que enfrenta os problemas técnico-econômicos não como meros efeitos colaterais do progresso, mas como centrais a este (GIDDENS, BECK e LASH, 1997; GIDDENS, 1991).

Para os formuladores deste conceito, as transformações ocorrem sem ser uma opção, de forma não-intencional e não-política, nas relações da sociedade da indústria moderna com os recursos naturais e culturais, nas relações da sociedade com os perigos e problemas que produz; e no desencantamento das fontes de significado - como consciência de classe ou confiança no progresso.

Eles consideram ainda que o reconhecimento público crescente dos azares e riscos é um dos principais fatores precipitadores da *modernização reflexiva*, em que os cidadãos-atores não são apenas recipientes passivos do arco de forças da modernidade: a

² Enquanto subdisciplina, a Sociologia Ambiental surge ao longo dos anos 70, nos Estados Unidos, quando Catton e Dunlap criticaram o *establishment* sociológico por compartilhar a premissa de que questões como o desenho urbano, a paisagem, a poluição eram desinteressantes, transitórias ou triviais (BUTTEL, 2000). Eles propuseram o desenvolvimento de um novo paradigma ambiental ou ecológico como uma tarefa necessária. Como argumento, apontavam a seriedade da crise ambiental; mostravam como a dinâmica institucional das sociedades industriais modernas tinha tendências intrínsecas ou necessárias de degradação ambiental - o mercado, as relações capitalistas, as relações industriais, a urbanização, a inovação tecnológica e científica, etc.

modernização pode se "voltar sobre si mesma", de forma a encarar os problemas que criou (BUTTEL, 2000: 35).

É interessante discutir alguns aspectos relacionados às noções de sociedade de risco e modernização reflexiva, elaboradas por estes autores. O primeiro deles diz respeito à forma como é concebida a relação entre ciência e sociedade, que me parece marcada por uma versão renovada ou muito próxima do determinismo tecnológico, brevemente descrito e criticado neste texto. As incertezas, os riscos, as ameaças, são frutos diretos da ciência? Ou são mediados pela forma como a produção e o consumo – o mercado – orientam os investimentos e rumos da ciência, bem como a geração, difusão e aplicação da tecnologia dela derivada? As transformações em curso são realmente "não-intencionais e não-políticas"? Ou, embora fora de controle em suas conseqüências ambientais, são movidas por interesses claramente identificáveis?

Estas questões parecem-me importantes para demarcar que, apesar da perda de controle, da irredutibilidade, da incerteza, da invisibilidade, do desconhecimento dos riscos, a situação atual não só é "fruto da atividade humana", mas, mais do que isto, é resultado da ação organizada de grupos econômicos articulados internacionalmente, exercendo a hegemonia do poder para a defesa de seus interesses de acumulação – para o que se apropriam da ciência e da técnica, desde a indução das linhas de pesquisa até a aplicação dos resultados. Ou seja, por trás da aparente "autonomização das forças da sociedade industrial" há atores sociais produzindo tecnologia e cultura, cujos discursos e práticas devem ser identificados e analisados, tanto para compor a teoria social como para iluminar a reflexividade da sociedade e a ação política (RATTNER, 1999).

Um outro aspecto a ser analisado nestas teorias refere-se à sua adequação para interpretar a realidade nos países "em desenvolvimento". Segundo BUTTEL (2000), tanto a teoria da sociedade de risco como a da modernização reflexiva têm sido criticadas por se aplicarem a contextos muito particulares do norte da Europa - o partido verde alemão, a performance impressionante da indústria química holandesa, o alto nível de preocupação e mobilização da população com os riscos tecnológicos na Europa setentrional - não sendo generalizáveis para a maior parte das sociedades do mundo, particularmente para os

países "em desenvolvimento". A idéia de sociedade de risco está fortemente ancorada na noção de igualdade de risco, ou seja, não importa a classe social, ninguém escapa dos azares e dos riscos de grande escala, tendo em vista o estado de bem-estar, o nivelamento dos padrões de vida e a ausência de segregação residencial e espacial no norte da Europa. Assim, para Buttel, a igualdade de risco contribui simultaneamente para a "queda da classe social" enquanto categoria relevante de análise e facilita novas políticas que atravessam as linhas tradicionais de classe. Mas reconhece que esta igualdade de risco não se aplica num contexto de desigualdade social como o dos Estados Unidos e muito menos de países "em desenvolvimento", onde a desigualdade ambiental é mais a regra que a exceção. Lembra que, foi tendo em vista esta desigualdade ambiental, que Murphy (1994)³ criou o conceito de "classes ambientais", cuja premissa é a desigualdade do risco, dos azares e outros processos ambientais.

Analisando a aplicabilidade destas teorias ao Brasil, GUIVANT (2000) considera que o país pode enquadrar-se dentro das características do que Beck e Giddens descrevem para a sociedade de risco, mas sem as mesmas manifestações no nível da reflexividade. Ela está se apoiando na idéia de Beck de que esta reflexividade é própria de uma segunda fase da sociedade de risco, quando a modernização passa a ser o seu próprio tema de debate político e social. Numa primeira fase, a reflexividade seria menos consciente, apenas há uma consciência da falta de controle sobre os riscos. Os efeitos da sociedade industrial ainda são considerados como "riscos residuais". Na segunda fase, difunde-se na sociedade o conhecimento do aumento dos efeitos "colaterais" das fontes de produção de riqueza, e os perigos da sociedade industrial emergem na arena política, como fora de controle das instituições. Então os atores reconhecem a necessidade de uma nova autodeterminação reflexiva. Nesta interpretação, mais uma vez, aparece a idéia do "atraso" dos países "em desenvolvimento" em sua inexorável trajetória de perseguir os caminhos já trilhados pelos países "desenvolvidos".

HERCULANO (2000), apresentando os pressupostos do Seminário Internacional sobre Qualidade de Vida e Riscos Ambientais, assinala que os riscos e a questão ambiental têm de ser entendidos como questões decorrentes de processos sociais, políticos e

³ MURPHY, R. *Rationality And Nature*. Boulder: Westview Press, 1994

socioeconômicos que precisam ser contextualizados. Lembra a diferença de pautas ambientais entre países do Norte e do Sul, industrializados/desenvolvidos e em desenvolvimento, países centrais e países periféricos, em pleno contexto de globalização econômica, dos riscos ambientais e da vulnerabilidade das populações. Considera que quanto menor a desigualdade social e quanto maior e mais distribuído o acesso à informação e à educação, maior tende a ser o grau de resposta a tais questões, e vice-versa.

Ainda no campo da Sociologia Ambiental, a teoria da *modernização ecológica* reúne contribuições de autores como Spaargaren, Mol, Weale, Hajer e Jänicke. Segundo BUTTEL (2000), esta teoria cresceu a partir da pesquisa ecológica sobre meios práticos, não-utópicos, de alcançar um melhoramento ambiental. São críticos ao modo como Beck aplicou a noção de modernização reflexiva à teoria da sociedade de risco. Consideram que as escolhas humanas não estão estruturalmente sobredeterminadas pelas forças mestres do capitalismo e da industrialização, e que as soluções para os problemas ambientais residem na modernização progressiva, e não na desmodernização, como defendido pelo ambientalismo radical. A tecnologia trará as soluções para os problemas ambientais.

A modernização ecológica certamente está na base da proposta do ecocapitalismo, marcada que é pelo pragmatismo em torno da melhora ambiental, sem questionar as raízes dos problemas que hoje delineiam a sociedade de risco. A natureza e a sociedade continuam subordinadas à dimensão econômica – o que é o fulcro da questão ambiental, como concebida por VIEIRA (1998:50). Mais do que isto, como desvela DUPUY (1983), os problemas ambientais e de qualidade de vida trazidos por este modelo de desenvolvimento são convertidos em oportunidades de produção de novas mercadorias e negócios – novos nichos de mercado, ampliando espaços de acumulação⁴.

⁴ Um exemplo instigante desta perspectiva pode ser visto nesta notícia, referente a um dos derivados da Convenção sobre o Clima, adotada na Rio-92: o Protocolo de Kyoto.

Efeito Estufa - Mercado de carbono tem novo impulso

O comércio de carbono recebeu um novo impulso após o acordo fechado em Bonn, na Alemanha, para resgatar o Protocolo de Kyoto [pelo qual os países desenvolvidos se comprometem em reduzir suas emissões de poluentes - principalmente o gás carbônico e o metano, que danificam a camada de ozônio e criam o efeito estufa - em 5% entre 2008 e 2012]. O acordo permite a empresas e países poluidores comprar o direito de emissão de gases de outros países. Segundo o diretor global de serviços de comercialização de gases da Artur

Refletindo ainda sobre a aplicação da teoria da modernização ecológica aos países em desenvolvimento, deve-se registrar que MOL (2000) reconhece que, nos países industrializados, ocorreu uma reestruturação ecológica que gerou uma produção mais eficiente e racional ambientalmente. Ele identifica várias características institucionais daquelas sociedades, essenciais para a modernização ecológica ou a modernização reflexiva, e que nem sempre estão presentes em todas as sociedades: sistema político aberto e democrático, ampla consciência ecológica, ONG's ambientalistas bem organizadas, com recursos para pressionar por uma reforma ecológica radical; sistema detalhado de monitoramento, gerando dados ambientais públicos, suficientes e confiáveis; economia de mercado dominando os processos de produção e consumo; um Estado legítimo e intervencionista, com uma infra-estrutura socioambiental avançada e diversificada; organizações de negócios e mediação que sejam capazes de representar produtores setoriais nas negociações; alguma experiência e tradição nos procedimentos de negociação política. Assim, Mol reconhece que a teoria da modernização ecológica é baseada em pressupostos que não são sempre válidos para regiões em desenvolvimento.

Numa outra abordagem sobre o desenvolvimento, intelectuais ligados à Escola de Frankfurt – como Marcuse e Horkheimer – fizeram contundentes críticas à modernidade, denunciando a utilização perversa da racionalidade com fins pragmático-tecnológicos - desvinculada de qualquer compromisso ético com a plena realização humana e reduzindo a sociedade a produção e consumo de massa.

Uma outra vertente de crítica ao desenvolvimento traz para um polêmico debate categorias como pós-industrialismo, pós-estruturalismo e pós-modernidade. Os pós-modernos combatem a idéia de progresso e introduzem as noções de descontinuidade, diferença, diversidade e alteridade para refutar o inexorável progresso histórico de avanços cumulativos e conduzidos pelas sociedades que estão à frente deste

Andersen, Frank Joshua, podem ser gerados entre US\$ 5 bilhões e US\$ 10 bilhões. Caso os Estados Unidos participem poderá haver um retorno de mais de US\$ 40 bilhões.14/08/01

desenvolvimento. Desta forma, defendem que a história é destituída de teleologia e, conseqüentemente, nenhuma versão de "progresso" pode ser plausivelmente defendida, recusando todos os grandes sistemas filosóficos que tentam dar conta da realidade de forma totalizante (AMORIM, 2000).

Por outro lado, autores como Jameson (apud AMORIM, 2000); KURZ, (1992), CARVALHO (1997), ARAÚJO DE OLIVEIRA (2001) analisam características da Globalização - como as empresas transnacionais, a nova divisão internacional do trabalho, a nova dinâmica vertiginosa de transações bancárias internacionais, a fuga da produção para áreas desenvolvidas do Terceiro Mundo, a crise do trabalho tradicional – e afirmam que não se trata de descontinuidade nem ruptura com o sistema anterior no que vem sendo chamado de pós-modernidade, mas que ela seria, sim, a lógica cultural do capitalismo tardio, ou do sistema mundial de mercadoria, ou um aprofundamento da internacionalização da economia.

Já a proposta do ecodesenvolvimento, elaborada por Maurice Strong e Ignacy Sachs, parte de uma crítica da sociedade industrial e da modernização industrial como método de desenvolvimento das regiões periféricas. A proposta referiu-se inicialmente às regiões rurais da África, Ásia e América Latina e ganhou cada vez mais uma visão ampla das inter-relações globais entre subdesenvolvimento e superdesenvolvimento. Ela integra seis aspectos que deveriam guiar os caminhos do desenvolvimento: satisfação das necessidades básicas, a solidariedade com as gerações futuras, participação da população envolvida, a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral, a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas e programas de educação (BRÜSEKE, 1995).

No campo da ecologia política ou social, CAVALCANTI parte da compreensão de que a natureza orienta-se pelo princípio da homeostase, o que garante a capacidade dinâmica dos ecossistemas de consertarem seus desvios do equilíbrio mediante processos naturais preservadores da complexa rede de ciclos bioquímicos e geofísicos que sustentam a vida no Planeta. Fundamenta-se na primeira lei da termodinâmica – segundo a qual matéria e energia não são criadas – para postular que, se a natureza é inflexível nos seus

parâmetros básicos e o ecossistema não cresce, então, uma troca sustentável entre a sociedade e o meio ambiente envolve alguma forma de restrição das atividades societais. Defende que a visão moderna do homem afastado do restante do mundo natural e como seu senhor e dominador, deve ser substituída por uma nova filosofia, da humanidade como parte da natureza e sujeita a suas regras. Propõe, para isto, nada menos que a renúncia ao desenvolvimento, além da austeridade de vida (1995a:19-20; 1995b: 174).

Ainda neste campo, Stahel aprofunda sua crítica, lembrando que Marx já mostrava a busca de expansão constante como inerente ao próprio capitalismo, sua base de funcionamento. A eficiência produtiva, independente de seus custos sociais ou ambientais (externalidades), é uma necessidade de sobrevivência do capitalismo de mercado. A sustentabilidade material do processo econômico repousa nesse limite: o descompasso entre o tempo de regeneração e formação da biosfera e o tempo de consumo e de sua transformação em produtos não recicláveis (alta entropia) por parte do subsistema econômico. Mas acentua também a insustentabilidade social deste sistema:

A preocupação com a questão ecológica não pode ofuscar com seu brilho as questões dos desequilíbrios nas relações de poder econômico e político, as relações de dependência internacionais, a lógica do sistema que gera privilegiados às custas da maioria que se submete a condições de trabalho subumanas, poluição, violência, desagregação social, alienação, etc. (STAHEL, 1995: 119)

Elmar ALTVATER assinala que o desenvolvimento realiza-se no espaço global, mas de modo extremamente descontínuo e não simultâneo nas diversas nações e regiões do mundo. Nas relações Norte-Sul, a riqueza aumenta na mesma proporção da pobreza, e esta distância avança também em todas as sociedades nacionais: as condições globais estão em cada país, em cada cidade do mundo unificado, que é um mundo dividido (s.d: 23-5). Retomando a questão da entropia nas relações entre desenvolvimento e meio ambiente, afirma que o moderno sistema industrial capitalista depende de recursos naturais numa dimensão desconhecida a qualquer outro sistema social na história da humanidade, liberando emissões tóxicas no ar, nas águas e nos solos. Aceleradamente expansiva no tempo e no espaço,

...a industrialização é um luxo exclusivo de parcelas da população mundial, mas não para a maioria de seus 6,25 bilhões de habitantes na virada do milênio. É impossível simplesmente dar continuidade às estratégias de desenvolvimento e de industrialização das décadas passadas. É uma ilusão, e por isso uma desonestidade, difundir a idéia de que todo o mundo poderia atingir um nível industrial equivalente ao da Europa Ocidental, da América do Norte e do Japão, bastando para isso que as sociedades menos desenvolvidas "aprendam com a Europa". A industrialização constitui um bem oligárquico. Portanto, as sociedades industriais só podem reivindicar para si as benesses da afluência industrial enquanto o mundo ainda hoje não industrializado assim permanecer (ALTVATER, s.d.: 28).

Portanto, se o desenvolvimento foi bem sucedido em alguns países, criou também o subdesenvolvimento, a questão social e a questão ambiental. Para sustentar-se, difundiu diversas idéias e converteu-as também em crenças – que serão discutidas nos capítulos 4 e 5: meio ambiente e ser humano são separados; a Terra tem recursos infinitos a explorar, assim como é infinita sua capacidade de absorção de dejetos; os pobres é que degradam o meio ambiente; a ética do trabalho deve reger nossas vidas; ter boa qualidade de vida é sinônimo de desfrutar de alto padrão de consumo; acelerar o crescimento econômico é a saída para resolver o problema da pobreza; a ciência e a técnica é que vão nos salvar; os 'países em desenvolvimento' devem copiar o caminho dos 'países desenvolvidos'.

O pensamento contra-hegemônico coloca em xeque os postulados da ideologia do desenvolvimento: a racionalidade econômica, a técnica e a ciência, o progresso ilimitado. Os pilares do capitalismo estão sendo expostos e questionados: a expansão permanente, o suposto domínio da natureza, a exploração dos seres humanos, a desigualdade entre os países. No seio desta crise, novas propostas são gestadas, como será discutido a seguir.

3.4 - Os filhos históricos da crise: desenvolvimento humano e desenvolvimento sustentável

Diante da crise dos postulados do desenvolvimento, gestaram-se na sociedade várias propostas de novos rumos. Analisamos aqui duas delas: o desenvolvimento humano e o desenvolvimento sustentável.

3.4.1 - Desenvolvimento humano

De acordo com SACHS (2000), na metade do século XX, desenvolvimento e direitos humanos surgiram como duas idéias-força, para exorcizar as lembranças da Grande Depressão e dos horrores da Segunda Guerra Mundial, fornecer os fundamentos para o sistema das Nações Unidas e impulsionar os processos de descolonização.

Surge neste contexto o conceito de desenvolvimento humano, adotado e veiculado pela ONU desde os anos 90, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Ele tem como base os trabalhos de Amartya Sen - economista e teórico da escolha social, nascido na Índia, prêmio Nobel de Economia em 1998, e da filósofa Martha Nussbaum.

Discutindo os pressupostos morais da economia do desenvolvimento, estes autores defendem que se deve entender o processo de desenvolvimento nacional e internacional como a expansão das capacidades humanas básicas e como a promoção de formas valiosas de existência e de atividade. Consideram que o crescimento econômico ou o aumento do PIB *per capita* são somente meios - e às vezes não muito bons – para o bem estar e a qualidade de vida. O desenvolvimento deve ser definido em relação àquilo que os seres humanos podem e devem ser e fazer.

Defendem uma ética das capacidades, ética social e ética global: muitos dos problemas mais urgentes de justiça e de distribuição com que se defrontam os seres humanos que vivem em Estados-nação hoje são problemas internacionais que exigem comunicação e um esforço comum em escala global para serem efetivamente solucionados, como a água, o ar, a fome, e a ecologia. Acreditam que é necessário pensar o bem-estar e a justiça

internacionalmente e em conjunto. Consideram que o objeto da ação pública pode ser entendido como a ampliação da capacidade das pessoas de serem responsáveis por atividades e estados valiosos e valorizados. (CROCKER, 1993).

O Relatório sobre o Desenvolvimento Humano da ONU em 1999 - quando se comemorou 10 anos de lançamento do Programa, coloca que:

Em 1990, chegou o momento para uma abordagem ampla da melhoria do bem-estar humano, cobrindo todos os aspectos da vida humana (...). [O desenvolvimento humano] foi muito além do desenvolvimento econômico, estreitamente definido, para cobrir o desenvolvimento completo de todas as escolhas humanas. Enfatizou a necessidade de pôr as pessoas – suas necessidades, aspirações e qualidades – no centro do esforço do desenvolvimento. (PNUD, 1999:16)

Da noção de desenvolvimento humano, derivou a criação do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, calculado e estabelecido anualmente pelo PNUD. À parte uma avaliação mais aprofundada do conceito, deve ser mencionado que foi aberta uma alternativa de avaliação qualitativa do desenvolvimento – incorporando as questões de renda, escolaridade e longevidade - que veio a preencher um vazio em relação aos indicadores tradicionais referentes ao Produto Interno Bruto, centrados apenas na dimensão do desenvolvimento econômico. Acrescente-se que a publicação do *ranking* mundial do IDH e sua veiculação pela mídia dá transparência e permite a comparação entre países distintos, suscitando fortes polêmicas na sociedade e entre os governos.

Já no final dos anos 90, SEN avança em suas reflexões e publica a obra Desenvolvimento como liberdade. Nela, reconhece os avanços da democracia, dos direitos humanos e da opulência, mas não deixa de ver também as privações, a opressão, a destituição – que qualifica como extraordinárias nas sociedades contemporâneas (2000:9). Ele considera que a condição de agentes dos indivíduos é central para enfrentar este quadro, mas que, complementarmente, o exercício desta condição de agente é inescapavelmente restrito pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas de que eles dispõem.

O autor entende, assim, que o desenvolvimento é "a eliminação das privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente", para levar, sobretudo, "à melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos" (p. 10, 29). Ele está se referindo a oportunidades econômicas – de participar do mercado de trabalho ou de produtos, liberdades políticas – como a de expressão e de eleições livres, poderes sociais – como os de participar dos processos de tomada de decisões públicas, oportunidades sociais – propiciando "condições habilitadoras" como a saúde e a educação. Para Sen, estas liberdades não são apenas conducentes ao desenvolvimento, mas constitutivas dele.

O autor delimita ainda as diferenças de sua proposta com relação a outras concepções de desenvolvimento:

- a econômica, que concentra-se na primazia da renda e da riqueza, e não nas características das vidas humanas;
- a utilitarista, que objetiva a satisfação mental, sem vislumbrar o potencial do "descontentamento criativo" e da "insatisfação construtiva";
- a libertária, que prescreve procedimentos para a liberdade, mas desconsidera, deliberadamente, as conseqüências acarretadas por estes procedimentos (p.34)

A ênfase nos agentes individuais e nas liberdades submeteu o conceito de desenvolvimento humano a críticas de que ele seria de base neoliberal. Respondendo a elas, PRATS (2000) argumenta que, embora ele se molde numa agenda reformista, parcialmente coincidente com o a do neoliberalismo, apresenta diferenças a considerar. Em primeiro lugar, o paradigma do desenvolvimento humano se baseia numa concepção personalista e não utilitarista, como a neoliberal, já que o desenvolvimento deve avaliar-se em função das capacidades, oportunidades e seguridades básicas colocadas à disposição das pessoas para que estas possam levar o modo de vida que considerem valioso ou digno de ser vivido.

Em segundo lugar, apesar de o desenvolvimento humano reconhecer a força histórica liberadora representada pela construção dos mercados nacionais, coloca como

indispensável o sistema institucional que garanta a eficiência dos mesmos, ou seja, 'sim a uma economia de mercado', mas 'não a uma sociedade de mercado'. (p.87). Além disto, o desenvolvimento humano é um conceito integral ou holístico, que não hierarquiza as diversas e inseparáveis dimensões do desenvolvimento – a democracia, a economia, a ambiental, a cultural - e as situa em função da expansão das capacidades e liberdades humanas.

3.4.2 - Desenvolvimento sustentável

A proposta de desenvolvimento sustentável foi formalmente introduzida na agenda social internacional em 1987, através do Relatório Brundtland. Este derivou da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, que realizou-se em Estocolmo, em 1972, e o hiato de tempo entre a realização da Conferência e a publicação do Relatório já permite antever a complexidade dos debates travados.

Para compreender melhor o conceito é necessário resgatar sua sociogênese, no contexto da crise dos postulados do desenvolvimento discutida anteriormente. Apresentamos a seguir uma síntese deste processo, com base em texto de BRÜSEKE (1995).

O ponto de inflexão para a construção social do conceito certamente está consignado no Relatório Limites do Crescimento, também conhecido como Relatório Meadows, preparado pelo Massachusetts Institute of Technology - MIT para o Clube de Roma. Sua pergunta condutora é: o que acontecerá se todos os países do mundo continuarem em sua política de crescimento anual e realmente conseguirem manter em crescimento suas economias? E a resposta: sucumbir à poluição do meio ambiente ou à exaustão dos recursos naturais, ou ao custo elevado de controle da poluição. Num ataque direto à filosofia do crescimento contínuo da sociedade industrial, propunha o crescimento zero, tanto da população mundial global como do capital industrial. Suas teses básicas são:

1. Se as atuais tendências de crescimento da população mundial – industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição dos recursos naturais – continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro

dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável, tanto da população como da capacidade industrial.

2. É possível modificar estas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica que se possa manter até um futuro remoto. O estado de equilíbrio global poderá ser planejado de tal modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa na Terra sejam satisfeitas, e que cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar seu potencial humano individual.
3. Se a população do mundo decidir empenhar-se em obter este segundo resultado, em vez de lutar pelo primeiro, quanto mais cedo ela começar a trabalhar para alcançá-lo, maiores serão suas possibilidades de êxito.

O Relatório Limites do Crescimento foi publicado em 1972, às vésperas da Conferência Internacional para o Meio Ambiente Humano, e teve forte influência nos debates que nela aconteceram. A Conferência havia sido proposta pela Suécia, em 1969, em função das preocupações com a degradação ambiental, e foi precipitada pelo desastre ecológico na Baía de Minamata, no Japão, onde pescadores e moradores foram contaminados e mortos por efluentes líquidos industriais contendo mercúrio.

Entre os pontos nodais de conflito na Conferência, particularmente entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, estavam a responsabilidade pela proteção ambiental e a proposta de crescimento zero, advinda do Relatório Limites do Crescimento e do Clube de Roma. Ignacy Sachs comenta que, na preparação da Conferência de Estocolmo, duas posições opostas foram assumidas:

- Os que previam a abundância consideravam as preocupações com o meio ambiente descabidas, pois atrasariam e inibiriam os esforços dos países em desenvolvimento para a industrialização e para alcançar os países desenvolvidos. A prioridade deveria ser a aceleração do crescimento. Soluções técnicas poderiam ser encontradas para garantir a continuidade do progresso material.
- Os catastrofistas ou pessimistas anunciavam o apocalipse para o dia seguinte, caso o crescimento demográfico e econômico não fossem estagnados: a humanidade iria desaparecer pela exaustão dos recursos ou pelas consequências da poluição. Alguns

deles eram malthusianos – como se a maioria pobre, não consumidora, importasse mais que o consumo excessivo da minoria abastada. (SACHS, 2000: 52)

Para os países não-industrializados, a proposta do crescimento zero foi considerada inaceitável, porque, como ironiza CASTORIADIS (1976:140) "o crescimento era tudo o que o sistema tinha a oferecer às pessoas." A delegação brasileira – indicada pela ditadura militar - declarou que seu compromisso prioritário era com o desenvolvimento acelerado, que poluição era sinal de progresso e que a recuperação de desequilíbrios ambientais deveria ser responsabilidade do primeiro mundo. Articulando-se com as delegações de outros países subdesenvolvidos, conseguiu influenciar o Princípio 8 da Declaração de Estocolmo, que defende o desenvolvimento econômico como essencial, derrotando a proposta de crescimento zero (HERCULANO, 1992:9-10).

Nos debates ocorridos durante a Conferência, se o ponto de partida havia sido um alarmante diagnóstico ambiental mundial, caminhava-se rapidamente para a consciência de que o problema era muito mais amplo, e questionavam-se fortemente as relações econômicas e sociais em cada um dos países e no plano internacional (BERNARDO, 1996:2).

Diante da complexidade adquirida pela questão, a Conferência de Estocolmo criou a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela então Primeira Ministra da Noruega, Gro Brundtland, que trabalhou entre 1983 e 1987 para elaborar o Relatório *Nosso Futuro Comum*, ou Relatório Brundtland, que deveria facear estes conflitos e formular uma agenda social para a mudança.

O Relatório Brundtland considera que o "desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades". O conceito interliga economia, tecnologia, sociedade e política e propõe uma nova postura ética. Aponta como medidas a serem tomadas pelos Estados nacionais: a limitação do crescimento populacional; a garantia da alimentação a longo prazo; a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; a diminuição do consumo de energia; o controle da

urbanização selvagem e a integração entre campo e cidades menores; a satisfação das necessidades básicas. Defende o aumento da produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas, colocando-o como uma retomada do crescimento, mas alterando a qualidade do desenvolvimento, a fim de torná-lo menos intensivo em matérias-primas e mais eqüitativo em seu impacto.

Muitos são hoje os significados atribuídos ao termo desenvolvimento sustentável. A noção difundiu-se rapidamente e, enquanto força viva, tem sido apropriada e reinterpretada pelos diferentes atores e segmentos sociais. É um conceito em construção na agenda social, e sob forte disputa.

SACHS considera o desenvolvimento sustentável uma alternativa média, criada na Conferência, entre o economicismo arrogante e o fundamentalismo ecológico: o crescimento econômico ainda se fazia necessário, para não deteriorar ainda mais a situação da maioria pobre, mas ele deveria ser socialmente receptivo e implementado por métodos favoráveis ao meio ambiente. Sublinha que o desenvolvimento sustentável exige uma distribuição diferente da propriedade e da renda e requer algum tipo de intervenção e planejamento por parte do Estado, além de estratégias complementares entre o Norte e o Sul. Assim, lamenta que "a revolução ambiental tenha coincidido com a contra-revolução neoliberal e o ressurgimento do mito do *laissez-faire*" - o que o leva a justificar a necessidade de uma eco-sócio-economia (2000: 55-6).

Selene HERCULANO também entende que o desenvolvimento sustentável é proposta resultante do compromisso internacional histórico entre grupos interessados em proteção ambiental e grupos preocupados em promover uma agenda de desenvolvimento social, para encontrar uma solução integrada de duas crises simultâneas contemporâneas que se reforçam mutuamente: a crise de desenvolvimento social global, e a crise ambiental global (2000:17). Entretanto, considera que o termo 'desenvolvimento' não é sinônimo de sociedade, e prende o debate ao campo restrito da economia, reafirmando sua hegemonia, num momento em que se propõe a superação deste reducionismo e uma subordinação do instrumental econômico a questões éticas, em benefício de uma visão

mais totalizante e social. O desenvolvimento sustentável seria um desenvolvimento 'suportável', distanciado da almejada 'sociedade feliz'. (1992:29-30).

Segundo Maristela BERNARDO (1996), o Relatório Brundtland teve o grande mérito de alargar os horizontes da preocupação ambiental, ao formular com clareza as ligações entre degradação ambiental, estrutura social e política econômica como eixo para a compreensão do processo de desenvolvimento. Mas assinala que suas diretrizes não extrapolam os limites de um 'bom capitalismo' ou de uma utopia liberal, que conserva o mercado e a busca de lucro como dinâmica central, compatibilizado com justiça social e ambiental. Questiona, por exemplo, como integrar as necessidades das gerações futuras, numa perspectiva de longo prazo, quando o mercado opera apenas para o presente. Como Herculano, critica a agregação do adjetivo 'sustentável' ao desenvolvimento, já que este está associado ao progresso material e ao incremento da capacidade de consumo e associa-se, no senso comum, ao acesso a bens materiais e às conquistas tecnológicas relacionadas ao aumento do conforto físico.

Também afirmando que a proposta de desenvolvimento sustentável não mexe na procura do lucro nem na lógica do mercado, José Eli da Veiga apóia-se em autores como Georgescu-Roegen e Boulding-Passet para destacar a existência de um sério conflito entre as lógicas que asseguram o desenvolvimento econômico e a reprodução da biosfera, dificultando a compatibilização entre desenvolvimento e sustentabilidade (VEIGA, 1993).

BRÜSEKE (1995) considera que o Relatório é realista, mas que a crítica à sociedade industrial e aos países industrializados é pequena, já que não menciona a discussão do nível máximo de consumo e defende o crescimento. Torna a superação do subdesenvolvimento no hemisfério Sul dependente do crescimento contínuo nos países industrializados. Sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, ele acha que virou fórmula mágica adotada pelas agências multilaterais para marcar uma nova filosofia de desenvolvimento que combina eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica, mas que não considera as várias teorias que tentavam explicar as causas do subdesenvolvimento:

Governos e candidatos ao governo abraçam ainda com a coragem dos desorientados a idéia da modernização, sem perceber que o modelo de industrialização tardia é capaz de modernizar alguns centros ou setores da economia, mas incapaz de oferecer um modelo de desenvolvimento equilibrado da sociedade inteira. A modernização, não acompanhada da intervenção do Estado racional e das correções partindo da sociedade civil, desestrutura a composição social, a economia territorial e seu contexto ecológico. Por isso, necessitamos de uma perspectiva multidimensional, que envolva a economia, ecologia e política ao mesmo tempo." (BRÜSEKE, 1995: 37)

Questionando a adjetivação dada ao desenvolvimento sustentável, Rattner (1999) interroga: 'economicamente viável, socialmente equitativo e ecologicamente sustentável' para quem? Ele alerta que a nova fórmula não leva a formas e meios de combinar e integrar metas e valores derivados das teorias sobre progresso técnico e produtividade com a proteção e conservação dos recursos naturais e do meio ambiente. Com relação à reivindicação de equidade intra e inter-gerações e redução de disparidades nos níveis nacional e internacional, a fórmula é ainda menos satisfatória. Para ele, desenvolvimento sustentável deveria ser entendido como o processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo, a eficiência econômica, a preservação e conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, a democracia política; partindo de uma nova ética de responsabilidade, compaixão e solidariedade entre os seres humanos, com as gerações futuras e na relação sociedade-natureza.

Numa linha de pensamento próxima à de Altvater, STAHEL considera que a proposta do desenvolvimento sustentável cai no vazio, por não levar em conta os limites materiais e energéticos apontados pela lei da entropia; por não perceber que a insustentabilidade do modelo atual é inerente à própria dinâmica capitalista; e por procurar soluções em seu próprio interior (1995:127).

Pois bem. Cinco anos após a publicação do Relatório Brundtland, realizou-se, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, da qual participaram cerca de 35.000 pessoas, sendo 106 chefes de Estado. Ela documentou a consciência dos perigos que o modelo atual de desenvolvimento econômico

significa, e a interligação entre desenvolvimento e meio ambiente entrou para o discurso oficial da maioria dos governos do mundo. Dela resultaram alguns compromissos internacionais importantes, como a Agenda 21, a Convenção sobre Clima e a Convenção sobre Biodiversidade.

No tocante à proposta de desenvolvimento sustentável, as diversas interpretações e contradições encontraram-se e conviveram, sob o pano de fundo da queda do Muro de Berlim, da globalização dos mercados e da carência de um contraponto ao sistema capitalista (BERNARDO, 1996). Assim, o próprio desenvolvimento sustentável configurou-se como um novo horizonte ou paradigma, e diversas correntes projetaram nele suas utopias.

Desta forma, desenvolvimento sustentável é hoje uma expressão que conforma um espaço de debate e disputa entre diversos significados. Ela abriga desde uma abordagem programática de viabilização de um novo modelo de desenvolvimento, transformando o sistema de produção e de consumo, até o pragmatismo de articular o ambiental e o social dentro do modelo vigente, fazendo disto novos nichos de mercado. Há os que usam o termo apenas para conferir um tom de modernidade ao seu discurso, sem compromisso com mudanças. Há os que o consideram como uma agenda necessária e politicamente viável para o contexto atual, reconhecendo nele limites ou não. Há ainda os que consideram o conceito contraditório por natureza, desacreditando da possibilidade de articular desenvolvimento com sustentabilidade, seja pelos limites impostos pela e para a homeostase do ambiente, seja pelas características da lógica do mercado e da necessidade de expansão permanente inerente ao capitalismo. As questões do papel do Estado e do mercado, e da desigualdade nas relações internacionais são constantemente evocadas nos debates, no contexto da expansão do neoliberalismo e da globalização.

Novas perguntas

A ideologia do desenvolvimento tem norteado a trajetória das sociedades ocidentais ao longo de toda a modernidade. Na aurora do terceiro milênio, estão cada vez mais claros os benefícios, mas também os problemas trazidos. A crise de uma 'religião' tão

amplamente difundida pesa sobre nossos ombros e levanta uma série de perguntas cujo enfrentamento é necessário.

Também estão em questão o papel do Estado, da sociedade civil, e suas formas de organização política, bem como a *governance* mundial.

A ciência e a técnica não ficam fora da crise e do debate sobre sua superação. RIST (1996) sublinha a urgência de colocar em questão os conceitos – particularmente os pressupostos econômicos – que fundam a crença no desenvolvimento e propor outros, para fazer a crítica do imaginário econômico. Para ele, a teorização do pós-desenvolvimento constitui hoje a tarefa essencial para a dissolução da crença. E levanta dúvidas sobre as possibilidades da "ciência normal" nesta trajetória epistemológica...

Como bem coloca HABERMAS, "a questão não é se *esgotamos* um potencial disponível ou ainda a desenvolver, mas se *escolhemos* o potencial que podemos querer, em vista da paz e da satisfação da existência" (s.d.: 90).

Referências Bibliográficas

AIBAR, E.; ARGEMÍ, L. Tecnologia, Economia y Sociedad Notas de Aula. Programa de Doctorado sobre la Sociedad de la Información y el Conocimiento - Universidad Obierta da Cataluña. Barcelona, 2001

ALTVATER, E. *O preço da riqueza – pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial*. São Paulo: UNESP, s.d.

AMORIM, R. F. O império da magreza: o imaginário do corpo feminino na pós-modernidade. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2001. Tese de Doutorado.

ARAÚJO DE OLIVEIRA, M. *Desafios éticos da Globalização*. São Paulo: Paulinas, 2001

BERNARDO, M. O desafio do desenvolvimento sustentável. Conferência proferida na Escola de Formação de governantes. Fortaleza, 24.06.96. mimeo

BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org). *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. P. 29 - 40

BUTTEL, F. H. Sociologia ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: algumas observações teóricas. In: HERCULANO, S.; PORTO, M.; FREITAS, C. M. (org). *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais*. Niterói: EdUFF, 2000. Pp. 29 a 47

CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina – ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970

CARVALHO, A. M. P. O Processo de Globalização e seus Rebatimentos no Estado. Conferência proferida no I Congresso de Assistência Social da Amazônia. Belém do Pará, 1997 mimeo.

CASTORIADIS, C. Reflexões sobre o "desenvolvimento" e a "racionalidade". In: _____. *As encruzilhadas do labirinto II – os domínios do homem*. 1976, pp. 155-158

CAVALCANTI, C. Breve Introdução à economia da sustentabilidade. In: _____. (org). *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1995a. Pp. 17-25

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: _____. (org). *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1995b. Pp. 153- 174

CROCKER, D. Qualidade de vida e desenvolvimento: o enfoque normativo de Sen e Nussbaum. *Lua Nova*, no. 31, 1993. Pp. 99-134

FOSTER, J. B. Marx e o meio ambiente. In: _____. *Em defesa da história – marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, pp. 161-174.

FURTADO, C. *O Capitalismo Global*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. *Modernização reflexiva – política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997

GUIVANT, J. S. Reflexividade na sociedade de risco: conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos. In: HERCULANO, S.; PORTO, M.; FREITAS, C. M. (org). *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais*. Niterói: EdUFF, 2000. pp. 281 – 303

HABERMAS, J. *Técnica e Ciência como Ideologia*. Lisboa: Edições 70, s.d.

HERCULANO, S.C. Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. In: GOLDENBERG, M. (coord.). *Ecologia, Ciência e Política*. São Paulo: Revan, 1992. Pp. 9 – 47

HERCULANO, S.; PORTO, M. F. S.; FREITAS, C. M. Introdução: Qualidade de Vida e Riscos Ambientais como um campo interdisciplinar em construção. In: HERCULANO, S.; PORTO,

M. F. S.; FREITAS, C. M. (org). *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais*. Niterói: EdUFF, 2000. Pp. 17-26

HERRERA, A. O. Meio Ambiente, Tecnologia e Empobrecimento Global. In: IBAMA. Seminários Universidade e Meio Ambiente – Documentos Básicos. Brasília: IBAMA, 1990. P. 185-196

HOBBSBAWM, E. *Era dos Extremos - o breve século XX*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

KURZ, R. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 244p.

LEIS, H. R. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. In: VIOLA et all. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais – 2ª ed.* São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998. Pp. 15-44

LEIS, H. Ecologia e soberania na Antártica ou o papel da questão ambiental como agente transformador da ordem internacional. In: LEIS, H. (org.) *Ecologia e Política Mundial*. Rio de Janeiro: FASE, Vozes, PUC. 1991. Pp. 51-64

LÖWY, M. Marx e Weber, críticos do capitalismo. *Revista de Cultura da Vozes*, no. 2, março-abril 1999, pp. 63-75

MARX, K. *O Capital – Crítica da Economia Política*. 3ª ed. Livro 1, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975

MOL, A. P. J. A Globalização e a mudança dos modelos de controle de poluição industrial: a teoria da modernização ecológica. In: HERCULANO, op. cit. pp. 267-280.

OLIVEIRA, F. O Surgimento do Antivalor. Capital, força de trabalho e fundo público. In: *Novos Estudos CEBRAP*, no. 22, out. 1988. pp. 19- 48

OLIVEIRA, F. Subdesenvolvimento: fênix ou extinção? In: TAVARES, M.C. (org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. Pp. 121-128

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 1999. Lisboa: Trinova, 1999.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório sobre o Desenvolvimento Humano. Lisboa: Trinova, 1990

PRATS, J. Las ciudades latinoamericanas en el umbral de una nueva época – la dimension local de la gobernabilidad democrática y el desarrollo humano. *Instituciones y Desarrollo* no. 7, noviembre, 2000, Barcelona.pp. 53-94

RATTNER, H. *Liderança para uma Sociedade Sustentável*. São Paulo: Nobel, 1999.

RIST, G. *Le Développement – Histoire d'une croyance occidentale*. Paris: Presses de Sciences Po, 1996

SACHS, I. Pensando sobre o Desenvolvimento na Era do Meio Ambiente. In: _____. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond: 2000, pp. 47-64.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

STAHEL, A. W. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, C. (org). *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. p. 104- 127

VEIGA, J. E. A insustentável utopia do desenvolvimento. In: LAVINAS, L., CARLEIAL, L.; NABUCO, R. (org.) *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993. Pp. 149-169

VIEIRA, P. F. Meio Ambiente, Desenvolvimento e Planejamento. In: VIOLA et all. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais – 2ª ed*. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998. Pp. 45-98.

WINNER, L. Los artefactos tienen política? In: _____. *La Ballena y el Reactor*. Barcelona: Gedisa, 1987